



InfoSNESup 210

Newsletter

Junho de 2014 – 1ª quinzena

Sindicato Nacional do Ensino Superior

Associação Sindical de Docentes e Investigadores

SUMÁRIO

A SUPOSTA “INGRATIDÃO” DOS DOCENTES E INVESTIGADORES

PORQUE ALGUNS EVITAM A ESTABILIDADE
CONTRATUAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR?

A SEC E A VINCULAÇÃO DE INVESTIGADORES

SESSÕES DE ESCLARECIMENTO SOBRE A DIRETIVA 1999/70/CE

O ACÓRDÃO DO TRIBUNAL
CONSTITUCIONAL E OS DIRIGENTES DAS IES

PROMULGADA A LGTFP

IPBEJA: DE PEDAÇO EM PEDAÇO

SNESup IMPUGNA ALTERAÇÕES AO RAD DO IPBEJA

ENSINO SUPERIOR, EMPREGO PÚBLICO E CONTRATOS A TERMO

ELEIÇÃO PARA OS ÓRGÃOS NACIONAIS DO SNESup

NO CUTS ON RESEARCH

DIÁRIO DA REPÚBLICA

EVENTOS

A SUPOSTA “INGRATIDÃO” DOS DOCENTES E INVESTIGADORES

Temos ouvido de alguns dirigentes a opinião de que os docentes e investigadores que ainda têm emprego deveriam agradecer esse “grande favor e privilégio”. Mesmo quando têm vínculos precários (e ao longo de demasiados anos), que não lhes paguem o que lhes é devido (ou quando lhes pagam nas datas “mais convenientes”), ou até, entre muitas outras situações, quando os obrigam a dar mais aulas do que os Estatutos lhes permitem. E se são despedidos e/ou lhes propõem um contrato a tempo parcial em que ganham um terço do salário para trabalhar o mesmo (quando não mais), não é de aceitar e agradecer? Não se deve ser ingrato!

E, claro, mesmo sem progressões, sem apoios para a investigação ou sequer incentivos para a sua formação, sem contratos estáveis (ou mesmo sem contrato nenhum), cada vez nos exigem mais cursos, aulas e apoio aos alunos, mais investigação, mais publicações, mais contratos precários, mais instabilidade, mais incerteza e insegurança.

Se já não há condições para manter a dignidade, a normalidade, ou mesmo o mínimo indispensável para fazermos um bom trabalho, não será melhor termos todos a frontalidade e dignidade para dizer ao poder político e ao país que é impossível continuar assim. Que já se cruzaram os limites possíveis no ensino superior e na ciência, e que já não é possível fazer mais com menos. Talvez alguns só percebam se lhes disserem que afinal as condições que lhes dão não permitem fechar o ano letivo com normalidade. Ou que o próximo ano letivo pode nem sequer arrancar. Talvez um verdadeiro “verão quente” no ensino superior e na ciência traga um outono mais ameno.

PORQUE ALGUNS EVITAM A ESTABILIDADE CONTRATUAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR?

[Tal como divulgámos](#), na reunião que o SNESup teve no passado dia 4 com o Secretário de Estado do Ensino Superior (SEES), José Ferreira Gomes, visando discutir as propostas apresentadas pelo SNESup relativas a alterações e prorrogação dos regimes transitórios do ECDU e ECPDESP e aplicação da Diretiva 1999/70/CE, o SEES mostrou muito pouca disponibilidade para, por vontade própria, acolher as propostas apresentadas.

Havíamos mesmo referido ao SEES que estávamos convencidos que as propostas em causa teriam mesmo o apoio do CCISP, tal como nos havia sido transmitido na reunião que tivemos com responsáveis por aquele Conselho no passado dia 16 de abril, e que então [divulgámos](#), ao que o SEES nos disse duvidar que tal acontecesse. Ao que parece o SEES terá tido razão e o CCISP, ao contrário do que nos havia dito em abril, afinal

parece entender agora não apoiar as propostas apresentadas pelo SNESup. Estranha forma de estar e posição que, a ser verdadeira, não podemos deixar de lamentar.

Ora se do lado do SEES este passa a responsabilidade para as Instituições de Ensino Superior (IES), alegando a sua autonomia e a necessidade de a respeitar (essencialmente no que respeita à aplicação da Diretiva 1999/70/CE aos docentes do ensino superior), do lado das IES estas parecem enjeitar a responsabilidade e devolve-a à tutela não querendo assumir uma autonomia que em tantas outras vezes parecem reivindicar a viva voz.

Bem sabemos que estes tempos de incerteza e de enormes constrangimentos financeiros para o Ensino Superior são propícios a que alguns dirigentes de IES não tenham interesse em resolver o problema dos docentes sucessivamente contratados, em dar estabilidade e condições para que os Colegas que devem dirigir possam desempenhar as suas funções com a serenidade necessária.

Até parece que estes recentes acontecimentos vêm fortalecer o sentido do texto que escrevemos na [última InfoSNESup](#) sobre "Transformar os Dirigentes do Ensino Superior em Carrascos". Esquecer-se-ão, porém, estes agora dirigentes, que antes de o serem são também (e por isso mesmo), docentes do ensino superior, e que se teimarem em não definir limites para a sua atuação simplesmente continuarem a despedaçar as suas instituições, o Ensino Superior nacional, correm o sério risco de qualquer dia não terem instituição para a qual voltar a ser docente (esperamos que não seja esse o projeto de nenhum dirigente).

A SEC E A VINCULAÇÃO DE INVESTIGADORES

Depois de enviarmos comunicação no final de janeiro à Secretária de Estado da Ciência, Leonor Parreira, visando negociar a [aplicação da Diretiva 1999/70/CE aos investigadores](#), recebemos no passado dia 27 de maio [resposta](#) indicando entender aquela Secretaria de Estado que os contratos com investigadores, em especial doutorados, se enquadram em "regimes específicos de contratação a termo que visam essencialmente a satisfação de necessidades temporárias das instituições públicas do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN)", mostrando, todavia, a Secretária de Estado da Ciência disponibilidade para debater com o SNESup esta matéria.

Neste sentido, [escrevemos no passado dia 4 de junho](#) contrapondo a posição da SEC afirmando que estes investigadores não correspondem a necessidades temporárias (até porque não teríamos SCTN sem estes profissionais), e solicitando o agendamento de reunião para tratar esta matéria. Uma outra posição, registe-se, diferente da outra Secretaria de Estado (do Ensino Superior) sob a tutela do mesmo Ministério da Educação e Ciência.

SESSÕES DE ESCLARECIMENTO SOBRE A DIRETIVA 1999/70/CE

Depois da sessão realizada no Porto no passado dia 19 de maio sobre "Os Contratos a Termo no Ensino Superior e o Direito Comunitário", que contou com a participação da Dr.ª Susana Machado, especialista em direito europeu e na Diretiva 1999/70/CE, o SNESup reeditou a sessão no passado dia 4 de junho, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

[Pode ver ou rever as sessões no site do SNESup.](#)

O ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL E OS DIRIGENTES DAS IES

Depois de conhecido o [Acórdão n.º 413/2014](#), que declarou a inconstitucionalidade das reduções remuneratórias previstas no Orçamento do Estado para 2014, vários organismos públicos tem vindo a anunciar que irão cumprir no imediato a decisão do Tribunal Constitucional, no que se refere ao processamento dos vencimentos do mês de junho.

Alguns dirigentes de Instituições de Ensino Superior já manifestaram a sua vontade de cumprir com esta decisão, no entanto, alegam não ter condições financeiras para o fazer caso os orçamentos das instituições não sejam revistos.

4

[Será que vamos ter salários em atraso no Ensino Superior?](#)

PROMULGADA A LGTFP

Foi promulgada dia 9 a [Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas](#). Prevendo a mesma a sua entrada em vigor no 1º dia do 2º mês seguinte ao da sua publicação, deverá a partir de 1 de Agosto aplicar-se a todos os vínculos de emprego público e instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho constituídos ou celebrados antes da sua entrada em vigor, salvo quanto a condições de validade e a efeitos de factos ou situações anteriores.

Este diploma, numa tentativa *contranatura* de aproximação dos regimes jurídicos de contratos de trabalho de distinta natureza – público e privado – estabelece (*rectius*, reincorpora o estabelecido pela Lei Nº 80/2013, de 28 de novembro) um regime de requalificação de trabalhadores em funções públicas que, se ao fim de um ano não forem absorvidos pelo *mercado* de emprego público ficam a auferir 40% do seu vencimento, num máximo de 838,44 €, ou seja dois IAS (indexantes de apoios sociais).

Entendemos porém ser inaplicável este regime aos professores do ensino superior, como daremos brevemente notícia na nossa revista, destacando desde logo a ressalva do nº 5 do artigo 244º respeitante à *Reorganização de órgão ou serviço e racionalização de efetivos* que determina que *na aplicação da presente secção às instituições de ensino superior públicas são salvaguardadas, quando necessário, as adequadas especificidades em relação ao respetivo corpo docente e investigador, nos termos dos respetivos estatutos*. Destes logo destacamos as condições de acesso, a seleção pelos pares, os requisitos próprios de avaliação do desempenho, entre outros, como o preenchimento dos rácios impostos pelos estatutos das carreiras, aspetos, todos eles não compagináveis com a tramitação própria do processo de requalificação previsto neste diploma .

IPBEJA: DE PEDAÇO EM PEDAÇO

Nos tempos mais recentes temos vindo a dar conta de decisões muito discutíveis, e algumas até ilegais, da presidência do Instituto Politécnico de Beja (IPBeja). Depois do [despedimento a sangue frio de 14 Colegas](#) em regime transitório e em doutoramento em 2012, de uma "[espécie de concursos](#)" realizados nesse mesmo ano para promover alguns membros da Presidência (incluindo o próprio presidente que passou então a coordenador principal num concurso em que foi o único candidato admitido), ou a tentativa de aplicar a requalificação no início deste ano aos seus docentes, a presidência do IPBeja decidiu agora, como demos conta na [última InfoSNESup](#), alterar o calendário académico para 17 semanas numa engenhoca feita propositadamente para aumentar as horas letivas que os docentes deveriam cumprir.

5

Nesta sequência, o Conselho Técnico-Científico entendeu (ao que parece por voto secreto e depois de uma primeira votação em que o resultado não terá sido o desejado...) não renovar o contrato com três Colegas em regime transitório (todos eles com mais de 10 anos de casa), Colegas que estamos já a dar apoio. Uma decisão que não terá tido em conta o desempenho dos Colegas ou sequer a distribuição de serviço. Mais uma vez se seguiu o caminho mais fácil para fazer face a uma situação financeira que parece ser muito delicada (pelo menos no que toca a quem tem o vínculo mais fraco).

Mas para que não se fique com a ideia de que é apenas o SNESup a entender que esta é uma estranha forma de presidir um Instituto, cortando-o pedaço a pedaço (até quando?), não podemos deixar de partilhar a [crónica de um ilustre bejence](#) que estará a recolher [inúmeras reações](#), e que teve muito recentemente [resposta](#). Qual será o último pedaço?

SNESup IMPUGNA ALTERAÇÕES AO RAD DO IPBEJA

Depois de ter feito publicar a primeira versão do [Regulamento Geral do Sistema de Avaliação do Pessoal Docente do Instituto Politécnico de Beja](#) no dia 27 de julho de 2011, que conheceu a necessária e devida audição sindical, a presidência do IPBeja decidiu recentemente alterar o Regulamento em causa, sem dar conta ao SNESup, fazendo-o publicar.

Ora como tal é manifestamente ilegal, por falta de audição sindical, tal como o tribunal já reconheceu em situações semelhantes anteriores, o SNESup deu entrada no passado dia 4 de junho de uma ação de impugnação do ato de homologação de alteração ao RAD do IPBEJA publicado sob o Despacho 3227-2014. Esperamos que o tribunal possa, novamente, repor a legalidade no IPBeja que a presidência teima em desrespeitar.

ENSINO SUPERIOR, EMPREGO PÚBLICO E CONTRATOS A TERMO

III Jornadas de Direito do Emprego Público

Tal como anunciamos, realizaram-se no passado dia 13 as [III Jornadas de Direito do Emprego](#) Público na Escola de Direito da Universidade do Minho, nas quais o SNESup mediante o amável convite do respetivo Conselho Científico se fez representar pelo colega e membro da Direção Henrique Curado.

6

No painel ENSINO SUPERIOR, EMPREGO PÚBLICO E CONTRATOS A TERMO, foi abordada a temática das **CARREIRAS E VÍNCULOS - ENTRE O DIREITO À VINCULAÇÃO E A DUVIDOSA REQUALIFICAÇÃO**, procurando-se explicar que se por um lado já não há quadros, os direitos de ingresso e acesso às carreiras se mantêm, seja por força do direito europeu, seja por força do direito interno, sendo, ademais, o novo regime de requalificação de duvidosa aplicação às carreiras do ensino superior, dada a cláusula de salvaguarda que manda atender às especificidades destas, conforme se dará conta em próxima edição de Ensino Superior - Revista do SNESup.

ELEIÇÃO PARA OS ÓRGÃOS NACIONAIS DO SNESup

Conforme [Convocatória publicada](#), realiza-se nos próximos dias 25 e 26 de a eleição para os órgãos nacionais do SNESup: Conselho Nacional, Direção e Comissão de Fiscalização e Disciplina.

Foram apresentadas até ao passado dia 26 de maio, cumprindo o calendário eleitoral, listas para a Direção do Sindicato (uma única lista), para a Comissão de Fiscalização e

Disciplina (uma única lista) e para numerosas Secções Sindicais com vista à sua representação no Conselho Nacional.

Queremos que o SNESup se continue a assumir como um Sindicato Independente, um Sindicato de Causas, sempre intransigente na defesa dos docentes do ensino superior e investigadores. Para tal apelamos ao apoio de todos os associados na construção de um Ensino Superior e Ciência de excelência, apelando à participação de todos neste acto eleitoral.

NO CUTS ON RESEARCH

Depois de termos chamado a atenção para a petição "Secure the EU Research Budget for a Future - Oriented Europe!", e de esta ter já superado os 150 mil subscritores de vários países da União Europeia (mas também de fora), com uma forte representação de Portugal (mais de 5 mil de Portugal), [pode ir acompanhando aqui](#) outras iniciativas que estão em curso em defesa da Ciência na Europa. Uma causa que é cada vez mais de todos.

DIÁRIO DA REPÚBLICA

7

[Decreto n.º 19/2014, de 2 de junho](#)

- Aprova o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre a República Portuguesa e o Governo da República da Turquia, assinado em Ancara, em 28 de janeiro de 2014

EVENTOS

CALL FOR PAPERS

"Narrative and medicine: caring for the future"

5 e 6 março - 2015

Congresso internacional interdisciplinar - Organização: projecto narrative & medicine - (con)texts and practices across disciplines - Centro de Estudos Anglísticos - UL

Data limite de envio dos resumos: 30 de Junho de 2014

[Saiba mais aqui](#)

IV Congresso Internacional de Gerontologia e Geriatria

5, 6 e 7 dezembro

Lisboa - FIL (Parque das Nações)

Organização da Escola Superior de Educação João de Deus

Data limite de envio dos resumos: 8 de Outubro de 2014.

[Saiba mais aqui](#)

NESTA QUINZENA

IV Colóquio Luso-Brasileiro de Sociologia da Educação

- Entre crise e euforia: práticas e políticas educativas no Brasil

19 e 20 Junho – FLUP

21 Junho – FPCE-UP

[Saiba mais aqui](#)

8º Seminário BAD 2014 – Marketing digital: monitorização e avaliação da web social, eis a questão!

19 junho

Biblioteca Municipal José Saramago - Beja.

[Saiba mais aqui](#)

Saúde no Contexto Europeu

24 junho

09h30-11h00 - Universidade Católica Portuguesa

Com a presença do Comissário Europeu de Saúde, Tonio Borg.

[Saiba mais aqui](#)

OUTROS EVENTOS

Conferência Internacional de Arte & Criatividade Urbana de Lisboa

3 a 5 julho

Faculdade de Belas Artes - UL

[Saiba mais aqui](#)

8

Congresso - Keep It Simple, Make It Fast! Underground music scenes and DIY cultures

8 a 11 julho

Faculdade de Letras Universidade do Porto & Casa da Música

[Saiba mais aqui](#)

11th Biennial Conference - Career Counseling and Development: Rebuilding Hope through School, Work, and Relationships.

14 a 16 julho Universidade de Coimbra

[Saiba mais aqui](#)

Sindicato Nacional do Ensino Superior

Associação Sindical de Docentes e Investigadores

www.snesup.pt

Lisboa – Avenida 5 de Outubro, 104, 4º – 1050-060 LISBOA

Porto - Praça Mouzinho de Albuquerque, 60 1º – 4100-357 PORTO

Coimbra – Estrada da Beira, 503, R/C, A – 3030-173 COIMBRA